



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682671 - SP (2021/0234270-3)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : MARIA PALOMA SA DAS NEVES  
**ADVOGADO** : MARIA PALOMA SA DAS NEVES - SP416115  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE MIRANDA DE SOUZA (PRESO)  
**CORRÉU** : GUILHERME MUNIZ  
**CORRÉU** : GABRIEL MUNIZ  
**CORRÉU** : ISAQUE SOUZA DE CONCEIÇÃO  
**CORRÉU** : MATHEUS HENRIQUE CARDIA  
**CORRÉU** : ITALO LIMA MALHEIROS  
**CORRÉU** : LEONARDO DA SILVA AVELINO  
**CORRÉU** : DOUGLAS FRANCISCO CUNHA DA SILVA  
**CORRÉU** : VITOR HENRIQUE MUNHOZ CANALLI  
**CORRÉU** : PEDRO HENRIQUE MACEDO PIMENTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE MIRANDA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2168421-84.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 20 dias-multa, como incurso no art. 157, §§ 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, c/c art. 61, inciso II, *j*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, por ter sido indeferido o pleito de complementação das alegações finais, ante a deficiência da defesa técnica anterior, que teria apresentado manifestação superficial.

Afirma que o magistrado singular ignorou o pedido e proferiu sentença condenatória, incorrendo em cerceamento de defesa.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente possa complementar suas alegações finais sob forma de memoriais escritos, com a prolação posterior de nova sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ademais, da leitura do julgado impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para manter o indeferimento do pleito de complementação das alegações finais, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 17-18):

*No caso em apreço o suplicante pretende a invalidação da sentença condenatória, a qual deveria merecer ataque através de recurso adequado, que é a Apelação (artigo 593do Código de Processo Penal), não podendo então o sucumbente, por consequência, reclamar, através desta via, a retificação do julgado, porque a isso não se presta o writ. Eventual correção do que ficou decidido no Juízo de primeiro grau será examinada no julgamento do recurso interposto, não no âmbito restrito, e para tanto inadequado, da ação mandamental.*

*3. Por conseguinte, por revelar-se inadequada a utilização do Habeas Corpus para a finalidade apontada na impetração, configurando a falta de interesse de agir na perspectiva da adequação e consoante reza o artigo 663, da lei penal adjetiva (aqui c. c. o artigo 248 do Regimento Interno desta Colenda Corte), impõe-se, de plano, o desacolhimento do pedido, dispensadas informações da autoridade tida como coatora e exurgindo desnecessário o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça.*

Ressalte-se que:

DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. ACÓRDÃO APELATÓRIO MAJORITÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL CONTRA PARTE UNÂNIME DO JULGADO. INOBSERVÂNCIA. PRECLUSÃO. SÚMULA 355 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DA SIMILITUDE ENTRE O ACÓRDÃO PARADIGMA E O DECISUM IMPUGNANDO. AUSÊNCIA. ART. 1.029, § 1º, DO CPC. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

**VII - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de reconhecer que "[...] de nada adianta o novo patrono, depois de apresentadas as primeiras razões pelo anterior defensor constituído, querer complementar as razões recursais anteriores, porque já se verificou a preclusão consumativa" (AgRg no REsp n. 1.754.399/MT, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 01.02.2019).**

[...]

**Agravo Regimental desprovido.**

**(AgInt no REsp 1822332/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/2020, DJe 04/05/2020)**

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica do pleito formulado e reforça-se a impossibilidade de processamento do *mandamus* em tela.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c , c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência